

## CONDIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Aparecida Neri De Souza  
UNICAMP  
[anerisouza@uol.com.br](mailto:anerisouza@uol.com.br)

**RESUMO:** O objetivo principal da pesquisa é analisar comparativamente o sentido social das mudanças no trabalho de professores e professoras universitários, no estado de São Paulo (Brasil) e na França, considerando as formas que estas assumem na organização e nas condições de trabalho. Para tanto, metodologicamente, privilegia a análise comparativa internacional entre políticas públicas, mercado e organização do trabalho nos dois países com trajetórias históricas diferenciadas. O objetivo geral desdobra-se nas análises sobre: (1) as formas que assumem o trabalho de professores nas universidades públicas; (2) as formas precárias e flexíveis do trabalho e do emprego, sob diferentes aspectos, de professores nas universidades públicas; (3) o Estado e políticas de emprego de professores nas universidades públicas: organização e condições de trabalho.

Da perspectiva teórica e metodológica se trata da análise dos significados das noções de modernização, precariedade e precarização do trabalho no Brasil e na França. Tais noções questionam o papel das instituições políticas na estruturação do mercado de trabalho e das relações e organização do trabalho. Como compreender a precariedade – empregos precários – e as formas de precarização do trabalho docente – empregos estáveis – nas universidades nos dois países? Somos desafiados a compreender os modos de ser da precarização que o mundo do trabalho experimenta, desde o século passado.

O campo empírico no Brasil é constituído pelas três universidades públicas estaduais em São Paulo e na França é constituído pelas universidades na região metropolitana de Paris, enfocando os professores da área de sociologia e ciências da educação.

A pesquisa aponta que a precariedade no trabalho é fonte de insegurança, fragilidade e dependência e adquire diferentes contornos tanto no Brasil como na França.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho docente em universidades públicas; Organização e condições de trabalho professores, Brasil e França.

A comunicação que ora apresento ao XI Seminário internacional da Red ESTRADO tem por objetivo discutir resultados parciais de pesquisa (em curso) sobre as condições nas quais o trabalho docente se concretiza nas universidades públicas no Brasil (estado de São Paulo) e na França<sup>1</sup>. A pesquisa financiada pelo CNPq, mediante bolsa produtividade, teve sua primeira imersão no campo empírico em janeiro de 2015 na França<sup>2</sup>.

O objetivo principal da pesquisa é analisar comparativamente o sentido social das mudanças no trabalho de professores e professoras universitários, no estado de São Paulo (Brasil) e na França, considerando as formas que estas assumem na organização e nas condições de trabalho. Para tanto, metodologicamente, privilegia a análise comparativa internacional entre políticas públicas, mercado e organização do trabalho nos dois países com trajetórias históricas diferenciadas.

As análises comparativas constituem uma forma de conhecimento fundamental nas Ciências Sociais, seja para analisar os fatos sociais contingentes, seja para construir categorias sociológicas. Cada uma das universidades analisadas constitui uma configuração histórica e cultural (ELIAS, 1980). A comparabilidade não se aplica diretamente aos fenômenos ou aos seus objetos particulares comparados, ela se aplica ao conjunto dos fenômenos que constituem as “coerências” e inter-relações entre os países, professores e universidades (ELIAS, 1980). Assim, a identificação dos processos que estruturam as relações de trabalho não pode ser reduzida aos particularismos de cada país e de cada universidade pesquisados, mas é remetida às dimensões históricas e sociais das transformações no mundo do trabalho.

Da perspectiva teórica e metodológica se trata da análise dos significados das noções de modernização, precariedade e precarização do trabalho no Brasil e na França. Tais noções questionam o papel das instituições políticas na estruturação do mercado de trabalho e das relações e organização do trabalho. Como compreender a precariedade – empregos precários – e as formas de precarização do trabalho docente – empregos

---

<sup>1</sup> A comunicação sobre a pesquisa também será apresentada no Congresso da ALAST em Buenos Aires (2016).

<sup>2</sup> A realização do campo na França contou também com financiamento da FAPESP. Foram realizadas 22 entrevistas com professores das universidades: *Lyon 2, Lumière; Paris Descartes; Auvergne; Picardie Jules Vernes, Amiens; Havre; Paris Ouest Nanterre La Défense; Paris Est Créteil Val-de-Marne; Paris 8 Saint Denis Vincennes; Sorbonne Nouvelle, Paris3; Toulouse, Mirail*; pesquisadores (diretores e encarregados de pesquisa) do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e sindicalistas.

estáveis -nas universidades nos dois países?Somos desafiados a compreender os modos de ser da precarização que o mundo do trabalho experimenta, desde o século passado.

A precarização como um processo de institucionalização da instabilidade pode ser vivenciada ora como trabalho temporário, eventual ou intermitente, ora como questionamento da qualificação e do reconhecimento social no trabalho (BRESSON, 2012). Há uma pluralidade de conceitos e métodos de investigação. Na pesquisa em desenvolvimento tomo como referência quatro autores: ULRICH BECK (2001), RICHARD SENNET (2001), ROBERT CASTEL (1998) e DANIELE LINHART (2007, 2008, 2009, 2011, 2015).

ULRICH BECK (2001) argumenta que a modernização é acompanhada da ampliação da intensidade dos processos de individualização no mercado de trabalho. Por esta interpretação a instabilidade seria inerente à dinâmica social e política das sociedades capitalistas contemporâneas. RICHARD SENNET (2001) aborda os aspectos negativos das mudanças, no sentido de que há uma deterioração das situações de emprego e de trabalho; ele opõe dois universos que coexistem: o trabalho estável protegido e o trabalho precário. ROBERT CASTEL (1998) compreende que há uma multiplicação de formas de emprego, que se constrói aleatoriamente, desenvolvendo processos de vulnerabilidade social e ameaçando o fundamento da coesão social. DANIELE LINHART (2008, 2009, 2011) discute a emergência de novo modo de ser da precarização, aquela que atinge também os trabalhadores com emprego estáveis. A precariedade do trabalho não é apenas a ausência de reconhecimento e de perspectiva de trabalho, mas o confronto com exigências cada vez maiores no trabalho e preocupação permanente em estar em condições de atender às exigências.

Para LINHART (2009) estaríamos diante da “precariedade subjetiva”, pois professores estáveis não se sentiriam “verdadeiramente protegidos e seguros de poder conservar seu posto de trabalho”.

À savoir, le sentiment de ne pas maîtriser son travail, de devoir sans cesse développer des efforts pour s'adapter, pour remplir les objectifs fixés, pour ne pas se mettre en danger ni physiquement, ni moralement (dans le cas d'interactions avec des usagers, des clients). C'est le sentiment de ne pas avoir de recours en cas de problèmes graves de travail, ni du côté de la hiérarchie (de plus en plus rare, de moins en moins disponible et pas toujours compétente en fonction d'une mobilité systématique), ni du côté des collectifs de travail qui se sont effilochés avec l'individualisation systématique des salariés et leur mise en concurrence. C'est aussi un sentiment d'isolement, d'abandon ou de solitude. C'est la perte de l'estime de soi en lien avec le sentiment de ne pas maîtriser son travail, de ne pas être à la

hauteur, de faire du mauvais travail, de ne pas mériter son poste. C'est ainsi souvent la peur, l'anxiété, le sentiment d'insécurité que l'on nomme commodément le stress. La "précarité subjective" c'est le sentiment diffus d'être contraint, un jour ou l'autre de commettre, pour atteindre ses objectifs et pour faire correctement son travail, des erreurs qui pourraient justifier un licenciement. L'essor du licenciement pour motif personnel (sorte de négociation entre l'employeur et le salarié qui se traduit par un départ consenti de ce salarié sous forme de licenciement) est probablement paradigmatique : le salarié est acculé par ses supérieurs à déclarer forfait, parce qu'il ne se sent pas à sa place dans un travail qui repousse toujours les limites. De ce fait la « précarité subjective », ce sentiment de n'être jamais protégé d'une perte subite d'emploi, rejoint la précarité objective. (LINHART, 2011)

Assim, a precariedade, nos termos de Daniele Linhart, é vivenciada como sentimento difuso de ser obrigado, em nome da autonomia e responsabilização, a atingir objetivos, metas que intensificam de forma espetacular os ritmos de trabalho. Por vezes é traduzida, pelos professores, como ansiedade, medo, insegurança, sofrimento, mal-estar que conduzem ao estresse e ao adoecimento e se inscreve em relações de trabalho dito moderno.

O campo empírico no Brasil é constituído pelas três universidades públicas estaduais em São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934<sup>3</sup>; Universidade Estadual Paulista (UNESP) criada em 1976 pela reunião dos Institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo, situados em diferentes cidades do interior<sup>4</sup>; e a Universidade de Campinas (UNICAMP) criada em 1966<sup>5</sup>. As três universidades estaduais são vinculadas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e possuem autonomia acadêmica e financeira. O campo empírico na França é constituído pelas universidades na região metropolitana de Paris, enfocando os professores da área de sociologia e ciências da educação.

O texto aqui apresentado desdobra-se em três eixos: (1) as formas que assumem o trabalho de professores nas universidades públicas; (2) as formas precárias e flexíveis

---

<sup>3</sup> A USP, distribuída em oito cidades de São Paulo, é composta por 42 unidades de ensino e pesquisa, 249 cursos de graduação, 239 programas de pós-graduação com 332 cursos de mestrado e 309 de doutorado. 58 mil estudantes de graduação e 28 mil de pós-graduação. <http://www5.usp.br/institucional/a-usp/>. Trabalham na USP, segundo o anuário estatístico (2014) 6.090 docentes e 17.192 funcionários.

<sup>4</sup> Atualmente são 24 cidades e 29 unidades de ensino e pesquisa, 155 cursos de graduação, 146 programas de pós-graduação com 255 cursos. 51.311 estudantes, sendo 37.700 na graduação e 13.541 na pós-graduação. 3.826 professores e 6.782 funcionários. <http://www.unesp.br/portal#!/apresentacao/perfil/>

<sup>5</sup> A UNICAMP, distribuída em três cidades de São Paulo, é composta por 24 unidades de ensino e pesquisa, 66 cursos de graduação, 153 cursos de pós-graduação, 18.898 estudantes de graduação e 15.918 de pós-graduação. Trabalham na Unicamp 1.795 docentes e 8.527 funcionários. <http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/historia>.

do trabalho e do emprego, sob diferentes aspectos, de professores nas universidades públicas; (3) o Estado e políticas de emprego de professores nas universidades públicas: organização e condições de trabalho.

*1. As formas que assumem o trabalho de professores nas universidades públicas*

O processo de gerenciamento do trabalho, no que tange às suas orientações e práticas, frequentemente expressa como inevitável e necessária a modernização para o bem comum (TANGUY, 2011). Assim, o conteúdo desse processo, bem como suas implicações nas relações de trabalho, é a centralidade desse item.

A reestruturação do capitalismo, nas três últimas décadas privilegiou os mercados financeiros; fusões, incorporações ou aquisições de grandes empresas multinacionais foram realizadas com o suporte legal das políticas – fiscais e sociais - dos Estados nacionais. Dentre essas políticas, destacam-se aquelas que possibilitam e incentivam a flexibilização do trabalho; isto é, aquelas que propiciaram as contratações temporárias e eventuais, jornadas e horários flexíveis. Neste processo de reestruturação, a empresa capitalista privilegia, ao menos no plano do discurso, o trabalhador que demonstra ser capaz de iniciativa, criatividade, reatividade e flexibilidade. Essas políticas não ficam restritas ao setor privado, elas atingem igualmente o setor público e o trabalho de professoras e professores.

Nesta direção, as orientações gerenciais se organizam fundamentadas na perspectiva da racionalização, das variáveis econômicas, e do controle sobre os trabalhadores. Elas respondem às lógicas produzidas pelos produtores do pensamento gerencial elaborados pelos escritórios de especialistas (*think-tanks*) internacionais e nacionais e dos altos dirigentes das empresas (BOLTANSKI; CHIAPELO, 1999). A ideologia é elaborada segundo um modelo social próprio, de acordo com o qual os atores são produzidos pelos riscos, normas e qualidade do trabalho. Há um padrão de racionalização que contamina todas as relações, grupos e instituições sociais públicas e privadas movido pelas noções de eficácia, eficiência e produtividade que funcionam como técnicas de controle social (IANNI, 1997).

O Estado tem papel relevante na elaboração de projetos políticos que implicam em mudanças nas relações e gestão do trabalho, tanto no setor público como no privado. Nos dois países, o Estado mantém um papel de regulação das relações econômicas.

O setor público, tanto no Brasil como na França, tem incorporado os princípios e métodos de gestão desenvolvidos no setor privado. Autores como VINCENT DE GAULEJAC (2014), JEAN PIERRE DURAND (2004), MARIE-ANNE DUJARIER (2006), DANIELÈ LINHART (2009), na França; ROBERTO HELOANI (2003), no Brasil, têm estudado sociologicamente o fenômeno colocando em evidência a ideologia “gerencial” bem como suas práticas na organização do trabalho e na “racionalização das subjetividades”.

As novas formas de gerenciamento aparecem associadas nos dois países à modernização que designa um conjunto de mudanças em diferentes esferas da vida social, em especial nas relações de trabalho e na organização de trabalhadores/as. Nesta direção é possível colocar em perspectiva comparativa os sentidos das novas formas de gerenciamento do trabalho e, em última instância, o sentido social deste processo de modernização. O processo de modernização, tal como descrito, foi impulsionado pela ação do Estado no Brasil e as marcas da herança histórica colonial engendraram um movimento contraditório, observado pelo crescimento da produtividade, mas com a manutenção das desigualdades de classe e de raça/cor. As relações de gênero permanecem também desiguais, apesar de conquistas recentes nas relações de trabalho por parte das mulheres. Os novos métodos de gestão do trabalho elaboram o discurso centrado na valorização das qualidades, das competências e da capacidade de iniciativa, de forma a criar condições para o envolvimento, como mobilização da subjetividade dos trabalhadores/as singularmente considerados, individualizando-os.

A modernização aparece associada à concepção do trabalho com maiores competências, com maior engajamento da subjetividade e individualização, assim como espaços hierárquicos mais reduzidos. É possível inferir que se trata, atualmente, de mobilizar cada professor para “fazer uso de si mesmo”, da forma mais eficaz possível, segundo critérios selecionados. O referido espaço de autonomia nos discursos de gestão é fechado por objetivos fixados e acordados, procedimentos e métodos standardizados e metodologias impostas. Autonomia contraditória, pois permite o controle do trabalho docente de forma que os professores aceitem a instrumentalização de sua atividade e de sua subjetividade. Este controle se dá por meio de uma ofensiva ideológica e ética destinada a realizar o consentimento; mas também por meio da “desconstrução” ou “desarmamento” que toma a forma de um ataque às regras dos ofícios, dos



conhecimentos e da experiência docente mediante a mudança permanente que conduz à precarização subjetiva (LINHART, 2015).

Observa-se inúmeras contradições nas quais os professores enfrentam, com destaque para a intensificação do trabalho, maior eficácia nas formas de controle, os tênues limites entre tempos e espaços públicos e privados (o depoimento acima indica que a professora passou o final de semana trabalhando sobre o relatório), a flexibilização do emprego, da jornada e tempos de trabalho. No Brasil, as evidências empíricas apontam que as intervenções do Estado nas relações de trabalho se dão na definição de normas que enfatiza, contraditoriamente, a desregulamentação tornando o direito do trabalho mais flexível. O sentido geral das políticas públicas aponta para as relações de dominação liberal conservadora, com implicações negativas no mercado de trabalho, tais como a predominância de contratos temporários.

Embora nas universidades públicas brasileiras (assim como as francesas) os concursos devam ser a única forma de ingresso na carreira docente, elas não abandonaram a forma de ingresso por processos seletivos. Esses processos<sup>6</sup> têm sido utilizados para recrutar professores com contratos de curta duração, emergenciais ou temporários para substituir professores afastados ou para suprir postos de trabalho vagos, portanto empregos temporários. Em geral, as atividades desses professores são as mesmas que aquelas dos docentes efetivos, isto é ensino, pesquisa e extensão. Não há dados disponíveis até o momento sobre o número de professores temporários nas três universidades públicas.<sup>7</sup> As contratações temporárias são realizadas para uma jornada de trabalho de 12 horas de trabalho, equivalente ao RTP (regime de trabalho parcial para os professores efetivos). Embora os contratos por tempo determinado (como necessidade temporária de interesse público) sejam uma exceção disposta na constituição, na prática eles permanecem como política nas três universidades públicas para a reposição de professores. A regra constitucional é admitir professores, em caráter efetivo, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, com o objetivo de prover cargos vagos e criados por lei.

---

<sup>6</sup> Na USP: Resolução nº 5.872, publicada no D.O.E. de 29/09/2010, alterada pela Resolução nº 6060/2012, publicada no D.O.E. de 28/02/2012.

<sup>7</sup> A ADUSP em 05/04/2016 solicitou da reitoria a informação sobre o número de processos seletivos simplificados que ocorreram e estavam ocorrendo na universidade. <http://www.adusp.org.br/index.php/carreira-docente/2524-agrava-se-a-falta-de-docentes-e-aumentar-a-contratacao-de-temporarios>. Acesso em 04/07/2016.

No momento atual, no qual a gestão do trabalho enfatiza o consentimento dos professores (por meios de práticas de individualização, engajamento e responsabilização) os conflitos continuam numerosos, mesmo que eles permaneçam frequentemente localizados, nas universidades paulistas, em termos de áreas de conhecimento no campo das ciências humanas. Os movimentos questionam o papel das instituições políticas na estruturação do mercado de trabalho, do espaço público e na constituição da cidadania no presente, em ambos os países.

As mudanças na organização e nas condições de trabalho dos professores, no Brasil, são informadas pelas alterações nas relações de trabalho no setor público, historicamente flexíveis; entretanto, nestas três últimas décadas, houve uma ampliação da flexibilidade que afetou sobremaneira, o trabalho e o emprego de professores (VENCO, 2014; SOUZA, 2013). De forma geral, as relações de trabalho no setor público se expressam no campo político e jurídico, reforçando disputas e relações políticas e ideológicas, produzindo configurações grevistas diferenciadas entre o setor público e privado. Se comparado com o setor privado, podemos afirmar que há, inclusive, um baixo grau de institucionalização das relações de trabalho no setor público, pois ainda que, no Brasil, a Constituição Federal (1988) garanta o direito à sindicalização dos funcionários públicos, os governos não têm a obrigação legal de negociação coletiva, não havendo, portanto, acordos ou dissídios, tal como os praticados no setor privado. A contrapartida às reivindicações sindicais dos funcionários públicos depende de encaminhamentos dos governos por meio de projetos de lei, decretos, etc., portanto, os governos podem conduzir as reformas sem levar em conta os sindicatos. Negociação coletiva e direito à sindicalização de funcionários públicos são questões distintas, embora necessariamente articuladas. Se ainda falta o reconhecimento dos processos de negociação coletiva, também não foi conquistado o direito à greve dos funcionários públicos. (SOUZA e TRÓPIA, 2015).

Há fortes evidências nas pesquisas realizadas por SOUZA (2013a, 2013b) de que há resistências ao processo de racionalização técnica - submetida aos critérios de eficácia, eficiência e produtividade - traduzido em individualização, precariedade e flexibilidade das relações de trabalho, considerando-se o número de greves, grevistas e jornadas não trabalhadas.



Durante trinta anos, a paisagem sindical francesa vivencia constantes mudanças: diminui a sindicalização operária, mas é ampliada entre quadros profissionais; concentra o sindicalismo no setor público; sindicatos são recompostos (com a criação de novas organizações sindicais como Solidaires, FSU, entre outros). Além disso, novos atores coletivos surgiram, como os observatórios sobre o estresse e a mobilidade forçada; os movimentos associativos, que renovam as formas clássicas de militância. Entre eles destacam-se o movimento dos pesquisadores *Sauvons la recherche* e *Science en Marche*.

2. *As formas precárias e flexíveis de emprego e de trabalho, sob diferentes aspectos, de professores nas universidades públicas*

No Brasil, multiplicam-se os contratos flexíveis e precários, mediante bolsas e programas de estágio docente, contratos temporários para substituição de professores; o trabalho docente se intensifica não somente mediante a supressão de postos de trabalhos após a aposentadoria de professores, mas também pelas políticas de avaliação que impõe um produtivismo acadêmico. Este movimento de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho tem conduzido a processos de adoecimento dos docentes e ou aposentadorias.

Na França, a precariedade atinge também os professores e pesquisadores que trabalham nas instituições de ensino e pesquisa no setor público<sup>8</sup>. Os professores estáveis (*titulaires*) se dividem em: *professeur*, *maîtres de conférences*<sup>9</sup> e trabalham nas universidades e grandes escolas (há ainda assistentes em vias de extinção); também são estáveis: os diretores e encarregados de pesquisa que trabalham nos centros de pesquisa<sup>10</sup>. Entre os efetivos há também os professores do ensino secundário alocados

---

<sup>8</sup> Pesquisa realizada pelo coletivo “Pour l’Étude des Conditions de travail dans la Recherche et l’Enseignement Supérieur” em 2009 apontava que professores, pesquisadores, administradores, técnicos que trabalham no ensino superior e na pesquisa eram tocados pela precariedade no trabalho e no emprego.

<sup>9</sup> *Professeur* pode ser comparado ao professor livre docente (ou professor associado) e *maître de conférences* ao professor-doutor, grosso modo. Na França há 79 universidades (dados de 2009).

<sup>10</sup> CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique), INSERM (*Institut national de la santé et de la recherche médicale*), INED (Institut National des Etudes démographiques), INRIA (Institut National de Recherche en Informatique et en Automatique), entre outros.

para trabalhar no ensino superior e o pessoal não docente<sup>11</sup> nas universidades e nos centros de pesquisas.

Os contratos temporários (ATER)<sup>12</sup> estão presentes nas atividades de ensino e de pesquisa, doutorandos e pós doutorandos podem ter contratos com duração de um ano, renovável por mais um ano para as atividades de ensino. Mais da metade são contratados para trabalhar em tempo parcial, entretanto podem ser contratados em tempo completo (192 horas-aula anuais) e seu salário corresponde a 2/3 do salário de *maître de conférences*. Os doutorandos (*allocataires*) podem receber, também, um salário do Estado<sup>13</sup> por um período de até três anos para desenvolver suas pesquisas e tese de doutoramento, e neste caso trabalham 64 horas de aula por ano e participam de programas de formação para a docência no ensino superior no Centro de Centro de Iniciação ao Ensino Superior (CIES)<sup>14</sup>. Os doutorandos podem também se beneficiar da *Convention Industrielle de Formation para la Recherche* (CIFRE) para o desenvolvimento da tese de doutorando trabalhando como jovem pesquisador doutorando, numa parceria entre o setor público e privado na França. Finalmente, há os *vacataires* do ensino ou “responsáveis por curso”, remunerados por hora<sup>15</sup>, que podem ministrar aulas e os *vacataires* trabalhando em laboratórios ou grupos de pesquisa com atividades pontuais. Portanto, uma miríade de empregos precários (PÉCRES, 2011; GEAY, s/d; MUSSELIN, 2008).

Há desde o governo de Nicolas Sarkozy uma reforma universitária em curso na França. Em 2007 foi aprovada a Loi Libertés et Responsabilités (LRU) que, segundo o sindicato majoritário da Educação Superior (SNESup - FSU), ao invés de assegurar independência as universidades, contraditoriamente reforçou a dependência em relação ao Estado. As universidades face às graves dificuldades financeiras no aumento de suas atribuições não tiveram a contrapartida financeira necessária. A lei obrigou as

---

<sup>11</sup> Nas universidades são denominados BIATOS, são bibliotecários, engenheiros, administrativos, técnicos, trabalhadores e pessoal de serviço; nos centros de pesquisa estes mesmos trabalhadores são conhecidos pela sigla ITA. (PECRES, 2011).

<sup>12</sup> Esta categoria é conhecida pela sigla ATER: Attaché temporaire d'enseignement et de recherche

<sup>13</sup> Equivalente ao salário mínimo (SMIC)

<sup>14</sup> Estes centros são distribuídos pelo país, criados em 1989, atualmente são 14 tem por objetivo formar os doutorandos para o ensino superior, que são monitores, para a função de professor-pesquisador.

<sup>15</sup> Cada departamento pode ter um orçamento para horas complementares de trabalho, este recurso financeiro permite pagar professores por trabalho extra ou pagar *vacataires*. Essas horas complementares são calculadas pela relação entre estudantes e disciplinas teóricas.

universidades a reduzirem consideravelmente os postos de trabalho que levou a uma crise do emprego “científico”, não foram repostas as aposentadorias nem os postos vagos em decorrência de transferências. A estimativa é de que mil e quinhentos postos foram suprimidos (GEAY S/D). Foram transferidos para a universidade a gestão dos salários e do patrimônio sem definir novos critérios orçamentários. Também reforçou as avaliações realizadas internamente pelos pares, questionada pelo fato de que poderia levar ao movimento endógeno de grupos de professores e pesquisadores (GEAY, s/d). De janeiro a maio de 2009<sup>16</sup>, os professores e pesquisadores realizaram uma greve contra a reforma em curso e os decretos de “ajustamento da lei” com a modularização do trabalho docente<sup>17</sup>, que priorizava o ensino em detrimento da atividade de pesquisa e levava a supressão de postos de trabalho. Pela modulação, cada professor deve trabalhar 192 horas-aula por ano, a atividade de ensino ocupa, segundo cálculos do jornal Le Monde (2013), 800 horas por ano, isto é para cada hora de aula são necessárias mais 4 horas de trabalho para preparação de curso, exames, correções, etc. Como consequência do decreto, os que menos publicam devem trabalhar duas vezes mais em sala de aula que os colegas “publiants”. A jornada de trabalho está dividida entre atividades de ensino e pesquisa. Segundo a ministra da educação superior “preguiçosos são incapazes e inaceitáveis”.

Para o SNESup, “o risco é que se uma parte dos professores aceitam trabalhar mais horas na sala de aula. Se eles se afastam por muito tempo da pesquisa, será quase impossível retornar. Não se pode ensinar sem pesquisa, sem considerar o nível de ensino será um mau professor, simplesmente prolongamento do ensino médio.” (LE MONDE, 02/12/2013)

A greve realizada em 2009 com a participação de vários sindicatos (FSU, Unsa, CGT, FO, Unef, FSE e SUD) que criam uma coordenação nacional das universidades (CNU). Participaram também os dois movimentos *Sauvons l’université* (SLU) e *Savons la recherche* (SLR) e associações científicas. Autores como BERTRAND GEAY(s/d, 2013) consideram que este movimento foi de mais forte mobilização depois de maio de 1968.

---

<sup>16</sup> Os estudantes já haviam saído às ruas, em 2007, contra o aumento das taxas escolares e a introdução de exames de seleção para a entrada no programa de máster nas universidades; em 2006 havia se manifestado com a lei do “Primeiro emprego”. Os sindicatos não conseguiram mobilizar os professores contra a LRU em 2007.

<sup>17</sup> Reformava o estatuto de 56.500 *enseignants-chercheurs*, dos quais 35,5 eram *professeurs* e 64,4% *maîtres de conférences*.

Em 2013, com o governo socialista de François Hollande o processo de reforma continua, a LRU não é reformulada e novos dispositivos são aprovados. Algumas ações coletivas foram realizadas em maio de 2013 contra a reforma preconizada pela ministra do ensino superior (Geneviève Fioraso), dentre as reivindicações estava a efetivação de todos os precários. Em 2014, aprovada a lei Fioraso foram implementados os polos que reúnem as universidades. As duas universidades – *Paris 8 Vincennes Saint Denis e Paris Ouest –Nanterre La Défense* - objeto da pesquisa são reunidas no polo *Université Paris-Lumières*<sup>18</sup>.

Diferentemente do Brasil, as estatísticas na França incluem os doutorandos no contingente de professores do ensino superior, portanto “docentes” é uma noção que encobre uma variedade de contratos, carreiras, etc. No Brasil, nas três universidades públicas do estado de São Paulo, doutorandos em programas de estágio docente ou post-doutorandos não são incluídos na categoria docente, nem são identificados nas estatísticas sobre o magistério, ainda que muitos sejam responsáveis por aulas e disciplinas (GEAY, s/d; MUSSELIN, 2008). Quem são os professores universitários? As fronteiras são mal definidas.

As tradições universitárias em ambos os países também se diferenciam. No Brasil, poderíamos afirmar que predomina uma tradição humboldiana, isto é, universidades que reúnem diferentes faculdades e institutos, campos de conhecimento e os professores desenvolvem simultaneamente atividades de ensino e pesquisa. Na França há um modelo diferenciado, denominado por MUSSELIN (2008) como napoleônico, em que predominam as atividades concernentes ao ensino e à outorga de diplomas, é muito recente o processo de incorporação da pesquisa ao trabalho docente. Os dois países estão transformando as formas de gestão, os estatutos profissionais, as atividades e formas de avaliação dos docentes. Essas mudanças na França são evidenciadas desde os anos 1980, com as recomendações da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para o ensino superior; o Acordo de Bologna (estabelecimento do espaço europeu do ensino superior); a legislação sobre inovação em

---

<sup>18</sup> Jornal Le Monde, diversas edições: Pour l’université et la recherche, le changement promis au désastre (21/05/2013); Des certaines d’enseignants et chercheurs défilent à Paris (22/05/2013); La réforme piégée des enseignants-chercheurs (02/12/2013); Plusieurs milliers d’universitaires critiquent le bilan de Fioraso (08/04/2014); Les universités multiplient des plans de rigueur (16/07/2013); La paysage universitaire remodelé autour de vingt-cinq grands pôles (24/07/2014); Pour l’université et la recherche, le changement promis tourne au désastre (21/05/2013)

1998 do ministro Claude Allègre; o estabelecimento do modelo Licence-Master-Doctorat (LDM) e a reforma geral das políticas públicas<sup>19</sup>.

Como observado nas páginas anteriores, a noção de precariedade remete aos empregos precários em razão da ausência ou duração de contratos e da não garantia de direitos trabalhistas. Trata-se de contratos temporários, de contratos de estágio, de bolsistas, de eventuais, entre outros, no Brasil e na França. Os professores que possuem empregos estáveis, como funcionários do Estado, vivenciam também a precariedade como sentimento de isolamento, de não atingir as metas e objetivos exigidos pelas avaliações. De um lado, os professores universitários – no Brasil e na França – são considerados, pela mídia e pela opinião pública, privilegiados e que trabalham pouco; trabalhadores intelectuais, autônomos, menor duração semanal do trabalho e com menores exigências. Por outro lado, os professores pesquisados apontam, cada vez mais, penosidades no trabalho docente; ou seja, dificuldades em fazer o ofício, em dominar ou domesticar as lógicas profissionais diferentes daquelas que inscrevem o trabalho intelectual, diferentes dos registros de valores e de sentidos da docência. Embora as penosidades sempre tenham feito parte do mundo do trabalho e, muitas vezes, os professores parecem aceitar a fadiga, as exigências; atualmente adquirem novos contornos, pois atacam o sentido do ofício docente (FORTINO, 2011).

No final de julho de 2011, grupo de pesquisadores franceses lançaram o movimento *slow science*, com a chamada “apressemo-nos para diminuir a marcha! ”. *Slow science* em oposição à *fast science* que privilegia a quantidade sobre a qualidade. O manifesto, assinado por JOËL CANDAU<sup>20</sup>, chamava os colegas para parar a corrida. Este manifesto chamava a atenção para o fato de que pesquisar, refletir, ler e escrever exige tempo, um tempo cada vez menor, pela pressão social que promove uma cultura do imediato e da urgência com projetos que são desenvolvidos em ritmos cada vez mais rápidos. E que aqueles que não se submetem são compreendidos como preguiçosos. Pesquisas

---

<sup>19</sup> Ver: Bruno, Isabelle. À vos marques, prêts ... cherchez! La stratégie européenne de Lisbonne, vers un marché de la recherche. Paris: Editions du Croquant, 2008 Collection Savoir/Agir); BRUNO, Isabelle; CLEMENT, Pierre; LAVAL, Christian. La grande mutation. Néolibéralisme et l'éducation en Europe. Paris: Syllepse, 2010; LAVAL, Christian; Louis Weber (Coords.) Le nouvel ordre éducatif mondial. Paris: Syllepse, Nouveau Regards, 2002; LAVAL, Christian. L'école n'est pas une entreprise: le néolibéralisme á l'assaut de l'enseignement public. Paris: La Découverte, 2004; MONTLIBERT, Christian. Savoir à vendre. L'enseignement supérieur et la recherche en danger. Paris: Raison d'Agir, 2004.

<sup>20</sup> O manifesto foi publicado em 17 de julho de 2011, mas escrito em 29 de outubro de 2010. <http://slowscience.fr>, acessado em 14 de agosto de 2011.

realizadas por SGUISSARD E SILVA JR (2009) evidenciam este processo no Brasil nas universidades públicas federais. Mas afinal o que torna o trabalho do professor permeável à precariedade subjetiva ou o sofrimento no trabalho<sup>21</sup> para além da precariedade objetiva?

O chamado trabalho moderno se caracteriza pela gestão personalizada ou individualizada da força de trabalho (GAULEJAC, 2005), é esta individualização que fragilizaria e que permitiria a manifestação, entre os trabalhadores estáveis e do setor público, do sentimento de precariedade. Os professores se mobilizam o tempo todo para dar conta do trabalho solicitado, para conciliar as inúmeras atividades – docência, pesquisa, publicações, orientações, administração, etc. – com objetivos de produtividade e qualidade, que lhe são impostos e que nem sempre são compatíveis (SGUISSARDI; SILVA JR, 2009). É exigido dos professores flexibilidade e disponibilidade de mobilizar a vida fora do trabalho com reflexos na vida privada e familiar. É preciso dar provas o tempo todo de que são competentes e produtivos, pois são também, o tempo todo, avaliados, comparados, julgados. O fracasso se traduz em adoecimento.

Estado da arte realizada, por SOUZA; LEITE (2007), sobre as *Condições do trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil*, no período entre 1997 e 2007, indicava que o termo mal-estar era utilizado para designar um conjunto de dificuldades e constrangimentos profissionais que afetavam o trabalho dos professores do ensino básico. A expressão mal-estar “é intencionalmente ambígua (...) sabemos que algo não vai bem, mas não somos capazes de definir o que não funciona e por quê” (ESTEVE, 1999, p.12). Embora não fosse objeto do estudo a discussão sobre as relações entre saúde e trabalho de professores universitários, vários estudos<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Christophe Dejours trabalha com a noção de sofrimento no trabalho como relacionado à desagregação das respostas coletivas às agressões que os trabalhadores sofrem no trabalho. Ver os livros de Dejours *A loucura do trabalho – estudo de psicopatologia do trabalho* (1987); *A banalização da injustiça social* (2003).

<sup>22</sup> CODO, Wanderley. *Educação: carinho e trabalho*, 3a. ed. Petrópolis: Vozes, 1999; GASPARINI, Sandra Maria, et al. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, v.31, n.2, p. 189-199, 2005.; NORONHA, Maria Márcia Bicalho. *Condições do exercício profissional da professora e dos possíveis efeitos sobre a saúde: estudo de caso das professoras do ensino fundamental em uma escola pública de Montes Claros, MG*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.; GASPARINI, Sandra Maria. *Transtornos mentais em professores da rede municipal de ensino de Belo Horizonte*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Saúde Pública, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.; GOMES, Luciana. *Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites*. (Dissertação de Mestrado) Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2002.; MASCARELLO, Marinete Rosa Pereira. Nos fios de



apontavam que as novas exigências face às mudanças que vem ocorrendo no trabalho afetaram a saúde dos professores, provocaram o abandono da profissão seja pela demissão, seja pelo absenteísmo e licenças. O processo de adoecimento, de mal-estar dos professores do ensino básico também é vivenciado pelos professores universitários.

“Nas universidades públicas brasileiras, a aplicação de métodos empresariais de produção, os quais implicam controle do trabalho por meio de sucessivas avaliações do professor, sempre vinculadas a critérios quantitativos, e a sobrecarga laboral relacionada a obrigações de ordem burocrática (tais como produção de diversos relatórios e projetos) e maior número de alunos, tem produzido forte impacto na saúde física e mental dos docentes. Pesquisas associam o produtivismo acadêmico ao estresse laboral” (PITA, 2010, p. 14)

15

As mudanças nas formas de emprego é um dos fenômenos observados, juntamente, com a intensificação e complexificação das relações de trabalho, nas quais se evidencia um processo crescente de individualização do professor, fragilizando-o socialmente. Essas mudanças se manifestam de forma particular no que se refere à multiplicação das formas precárias de trabalho e emprego no setor público e privado. As modalidades contemporâneas da modernização do trabalho permitem indicar que o significado oculto do sofrimento dos professores pode estar contido na incapacidade de resistir às mudanças em curso face às condições de trabalho e à qualidade de vida.

### 3. *O Estado e políticas de emprego de professores nas universidades públicas: organização e condições de trabalho*

Há similitudes e diferenças nas ações institucionais e políticas nos dois países (Brasil e França) no que se refere ao papel do Estado nas mudanças observadas no mercado, organização e relações de trabalho.

No contexto francês, tradicionalmente, o Estado esteve presente na vida política e econômica da nação de forma a preservar os valores republicanos. No entanto, no presente é possível observar mudanças de sentido nos processos de racionalização de sua ação (KING; LE GALÈS, 2011). Exemplo relevante dessa dinâmica reside na

---

Ariadne: uma cartografia da relação saúde-trabalho dos professores de uma escola da rede pública do Estado do Espírito Santo. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.; NORONHA, Maria Márcia Bicalho. *Condições do exercício profissional da professora e dos possíveis efeitos sobre a saúde: estudo de caso das professoras do ensino fundamental em uma escola pública de Montes Claros, MG.* (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

---

racionalização da função pública se expressa na revisão geral das políticas públicas em 2007–*La révision générale des politiques publiques* (RGPP) – instauradas com o objetivo de determinar as ações nomeadas de modernização nas diversas áreas de intervenção do Estado, assim como da economia. Dentre os objetivos da lei citada foi proposta a diminuição do emprego de funcionários públicos (uma contratação a cada dois aposentados).<sup>23</sup> Já antecipando o processo de reforma do Estado, foi elaborada, em 2001, a lei orgânica relativa às finanças – *La Loi Organique relative à Loi de Finances* (LOLF) – transformou radicalmente as regras sobre orçamentos e contabilidade do Estado com o objetivo de implementar a cultura da produção por resultados considerados eficazes - performances positivas - dos serviços públicos. Vários dispositivos e repertórios da reforma foram colocados em prática com o propósito de instaurar o nomeado *new management public* (FERLIE ET AL, 1996; DREYFUS, 2010; BEZÈS E DEMAZIÈRE, 2011). Essas reformas permitem relativizar a hipótese de desengajamento do Estado; mas fortalece outra dimensão, qual seja a de corroborar para a participação privada no setor público; portanto, evidencia sua recomposição e redirecionamento. Exemplificação é encontrada nas formas assumidas de descentralização das políticas e do financiamento público. A descentralização para as regiões não é alheia às diretrizes centrais do governo e de seus ministérios e, assim, reiteram a hipótese levantada.

No campo da educação na França, as mudanças observadas nas diretrizes políticas do Estado, as quais se aceleram desde o começo deste século XXI foram implantadas por meio de medidas legislativas e financeiras. A lei orgânica relativa à lei de finanças (LOLF), que determina as responsabilidades políticas e administrativas do ensino e da pesquisa se inspiraram em grandes princípios da administração pública e na adoção do *new management public*.

Mais recentemente, este movimento atinge as universidades francesas, as quais foram objeto de duas grandes reformas que expressam a mesma direção política, ou seja, novos critérios orçamentários que, em síntese, transferem para a instituição a gestão dos salários e as obriga a reduzirem o número de postos de trabalho. Referimo-nos à *Loi*

---

<sup>23</sup><http://www.ladocumentationfrancaise.fr/dossiers/modernisation-etat/revision-generale-politiques-publiques.shtml#>, acessado em 30/03/2015.

*Libertés et Responsabilités* (LRU), de 2007 e às *Communautés d'Universités et Établissements* (COMUEs), de 2013.

A transferência da gestão dos salários e do patrimônio para a universidade foi implantada pelas leis referidas a elas que transferiram “a gestão dos salários e do patrimônio sem definir novos critérios orçamentários. (...) A lei obrigou as universidades a reduzirem consideravelmente os postos de trabalho o que levou a uma crise do emprego “científico”. A estimativa é de que mil e quinhentos postos foram suprimidos (GEAY, S/D). A LRU também colocou em debate a relevância de avaliações possibilitando a criação de agência específica para este fim, sob o argumento que a ausência de avaliações poderia levar ao movimento endógeno de grupos de professores e pesquisadores (GEAY, 2013)

As *Communautés d'Universités et Établissements* (COMUEs, 2013) reagruparam estabelecimentos de ensino superior e pesquisa e sucedeu aos *Pôles de Recherche et d'Enseignement Supérieur* (PRES, 2006). O objetivo das COMUEs é promover a constituição de estruturas de excelência, de acordo com a determinação do “Tratado de Lisboa”, implantado em 2009. Desse processo emergem mudanças traduzidas na criação de duas agências francesas – a *Agence Nationale de la Recherche* (ANR), cujo objetivo é financiar a pesquisa e a *Agence d'Évaluation de la Recherche et l'Enseignement Supérieur* (AERES). O conjunto das medidas de reforma universitária suscitou resistências por parte de estudantes, professores e pesquisadores que questionavam a perda de autonomia no exercício do trabalho docente, as avaliações nacionais quadrienais, as decisões locais quanto à forma modular de organização do trabalho e da avaliação da carreira.

O depoimento abaixo de uma professora francesa em sociologia da educação evidencia de que o trabalho docente adquire novos contornos e que atingem o sentido do ofício:

(...) eu me lembro que a primeira vez que enviamos nossa “maquete”, todas as “maquetes” de Ciências da Educação de (...), elas foram recusadas pelo Ministério devido ao fato de que não havíamos obtido bons resultados na graduação, etc. Eu me lembro que eu, verdadeiramente, entrei em pânico, eu havia passado todo o final de semana ... então o sistema vai e vem com o Ministério, devíamos responder às críticas. Eu me lembro que eu tinha respondido às críticas na sociologia da escola, eu havia mostrado que tínhamos um público muito desfavorecido, que em Ciências da Educação temos pessoas de meios muito populares, que por vezes retomavam os estudos, que não tinham tido uma escolarização normal, eu havia mostrado mediante números para argumentar que tínhamos boas taxas de sucesso considerando o público com o qual trabalhávamos. Eu passei um final de

semana inteiro, eu estava inquieta. O reitor<sup>24</sup> encontrou um responsável político, eu não sei quem, mas todos os mestrados foram aprovados. Tivemos a impressão que o reitor influenciou na decisão por meio político, e que todos nós, que todo o trabalho que havíamos feito ... (...). O processo de avaliação é muito custoso em tempo e energia e não serve para grande coisa.

Enfim, a reestruturação das universidades, tal como informada, expressa três eixos, todos eles convergentes no que tange à organização e às relações de trabalho sob a égide das novas formas de gestão: (1) agrupamentos universitários como espaços de articulação da pesquisa e do ensino; (2) avaliação e decisões sobre a alocação de recursos financeiros que permitem diferenciar os níveis de excelência e expertise; (3) o papel estratégico do Estado definindo orientações e objetivos para a pesquisa e a formação. (CHEVAILLIER; MUSSELIN, 2014)

Nos contextos apresentados, observa-se que a nomeada modernização das diretrizes do Estado transformou as formas de organização do trabalho e suas relações, bem como a mobilização dos trabalhadores assalariados, notadamente no setor público, conforme os resultados de pesquisa evidenciados por LINHART, 2007, 2009; DURAND, 2004; e FORTINO, 2013

O termo modernização, tanto no Brasil como na França, tem sido utilizado para designar um conjunto de mudanças nas relações de trabalho, na organização dos trabalhadores bem como na ação pública do Estado. No Brasil, tal processo também foi impulsionado pela ação estatal, durante o século 20 e 21, tendo como pano de fundo a herança da história colonial e as orientações, observadas já nos governos democráticos, de políticas dos organismos financeiros internacionais. Tal dinâmica, que apresenta características que adquirem sentido no movimento de mundialização tem sido acompanhada de políticas públicas essencialmente focalizadas em demandas e na responsabilização individual e o papel do Estado na organização, gestão e financiamento destas políticas tem sido confrontado com a divisão de responsabilidades e as parcerias público-privado.

A modernização do Estado brasileiro objetiva torná-lo mais eficaz e eficiente. Uma nova concepção gerencial de Estado, observada nas formulações e intervenções nas políticas públicas informam diferentes campos como o do trabalho, da educação, da saúde, da cultura, entre outras. A reorganização dos marcos institucionais e das

---

<sup>24</sup> Traduzi por reitor, mas na França: presidente da universidade. Utilizei a expressão original maquete para indicar a noção de relatório construída pela professora.

atividades do Estado brasileiro foi (e continuam sendo) homogeneizada por um conjunto de práticas e ideias denominadas gerencialismo ou *new management public*. A reforma do Estado<sup>25</sup>, no Brasil, foi conduzida pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), tendo como ministro e condutor da Reforma o professor Luiz Carlos Bresser Pereira (1995-1999)<sup>26</sup>.

Essa proposta objetiva a construção de um modelo de Estado Social-Liberal que “continuará a proteger os direitos sociais e prover o desenvolvimento econômico, porque o fará usando mais os controles do mercado e menos os controles administrativos, porque realizará seus serviços sociais e científicos principalmente através de organizações públicas não-estatais competitivas, por que tornará os mercados de trabalho mais flexíveis, porque promoverá a capacitação de seus recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição internacional” (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 59/60).

A reforma do Estado brasileiro, por sua vez, delimita as novas funções e aponta para a redução do seu tamanho – principalmente quanto ao número de funcionários públicos – mediante programas de privatização, terceirização e “publicização”<sup>27</sup>; redução do grau de interferência do Estado mediante programas de desregulação que possibilitem mecanismos de controle, via mercado; fortalecimento da nomeada governança<sup>28</sup> do Estado mediante ajustes fiscais, reforma administrativa rumo a administração pública gerencial (*new management public*), separação da formulação de políticas públicas e

---

<sup>25</sup> O Plano Diretor da Reforma do Estado foi aprovado em 1995.

<sup>26</sup> Economista e cientista político, atualmente professor emérito da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Economia de São Paulo).

<sup>27</sup> Publicização é entendida como a transferência dos serviços sociais e científicos estatais para o setor público não-estatal.

<sup>28</sup> Governança é um termo criado pelo Banco Mundial: indica a situação em que um governo tem condições financeiras e administrativas para concretizar as decisões que toma. Ver FRISCHTAK, Leila; ATIYAS, Izak (Orgs.). *Governance, leadership and communication*. Washington: Word Bank, 1996.

execução das atividades “exclusivas” de Estado<sup>29</sup>; fortalecimento do poder do governo, nomeado governabilidade<sup>30</sup>, mediante instituições de intermediação de interesses.

Ao delimitar as áreas de atuação do Estado, a educação, saúde, assistência social, previdência social, garantia de renda mínima, seguro desemprego, defesa do meio ambiente, proteção ao patrimônio cultural, estímulo às artes são atividades consideradas não exclusivas do Estado, podendo, portanto, ser transferidas<sup>31</sup> e subsidiadas pelo Estado. Escolas, universidades, centros de pesquisa científica e tecnológica, creches, ambulatorios, hospitais, entidades de assistência social (cuidados de crianças e idosos), museus, teatros públicos e seus corpos estáveis, oficinas de arte, emissoras de rádio e televisão educacional ou cultural, são instituições compreendidas como não exclusivas do poder de Estado, entre outras. Elas desenvolvem atividades consideradas competitivas que podem ser controladas tanto pela administração pública gerencial (*new management public*) quanto pela constituição dos nomeados “quase-mercados”. A reforma do Estado não implicou na “privatização”, mas na “publicização”, ou seja, na transferência para o “setor público não estatal”, considerado pelos reformadores como uma terceira forma de propriedade. Trata-se de entidades do chamado terceiro setor, que compreendem diferentes figuras jurídicas tais como fundações, organizações não governamentais, organizações sociais, OSCIPS – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Social -, organizações voluntárias. No Brasil, constituem entidades públicas de direito privado que realizam contratos de gestão com o Estado e podem ser financiadas parcial ou totalmente pelo poder público, frequentemente captando recursos por meio dos mecanismos jurídicos apoiados na renúncia fiscal.

Na Reforma do Estado, a Organização Social (OS) é considerada mais eficaz para gerir “entidades de serviço quase estatais ou públicas não estatais de um tipo especial, que farão parte do orçamento do Estado, mas não do aparelho do Estado, e, portanto, não empregarão servidores públicos estatutários” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 317). Esta era e continua sendo uma questão central das políticas – não permitir a contratação de

---

<sup>29</sup> O programa de reforma do Estado brasileiro delimitou funções do Estado em 3 áreas de atuação: (1) atividades exclusivas de Estado; (2) serviços sociais e científicos de Estado; (3) produção de bens e serviços para o mercado. Somente a primeira é atividade principal (*core activities*), as outras duas são auxiliares ou de apoio.

<sup>30</sup> Governabilidade, outro termo emprestado dos organismos multilaterais, indica situação em que os governantes contam com apoios políticos para governar. Ver autores citados na nota 11

<sup>31</sup> Podem ser publicizadas, ver nota 10.



trabalhadores nas instituições públicas por meio do estatuto do funcionário público, em nome da eficiência do Estado. Desde então, forte e constante campanha é observada na mídia brasileira, no sentido de desqualificar o funcionário público, compreendido como ineficiente e portador de direitos excessivos.<sup>32</sup>

As relações de trabalho no setor público brasileiro se subdividem em dois regimes jurídicos, de acordo com a emenda 19, 1998, à Constituição Federal: funcionários públicos e empregados. Os funcionários públicos estatutários são contratados mediante concurso público e possuem carreiras de Estado; os empregados públicos são contratados mediante seleção pública e submetidos ao código de trabalho semelhante ao setor privado. Essa é uma das dimensões de uma questão política mais abrangente no que tange à educação é a transformação das relações de trabalho de tal forma que elas também se integrem a um projeto neoliberal expresso na Reforma do Estado.

A reforma do Estado no Brasil apresenta similitudes em relação ao processo de modernização do Estado francês; no entanto, há que se destacar que as diferenças são visíveis quando observamos a história da consolidação da democracia nos dois países. Na sociedade brasileira, a estabilidade política num longo período de trinta e cinco anos, durante o século XX, se deu por métodos não democráticos, (1930/1945, período Vargas e 1964/1985, ditadura civil militar) e práticas de clientelismo político que recorrem frequentemente à corrupção, inclusive no presente momento histórico. O Brasil, historicamente, é caracterizado por um “hibridismo institucional”<sup>33</sup>, ou seja, a insuficiência de dispositivos legais que dificultam (ou dificultaram) o acesso aos direitos sociais, tal como o emprego protegido (formal) e igualdade de renda. O Brasil é uma democracia recente na qual o discurso da eficiência contamina diferentes dimensões da vida social ocultando ideologicamente suas reais perspectivas sintetizadas no enunciado *new management public*<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> A reforma do Estado ao delimitar que os serviços de apoio, como limpeza, vigilância, transporte, entre outros, são serviços de mercado que podem ser realizados competitivamente, terceirizou-os.

<sup>33</sup> Ver SANTOS, Wanderley Guilherme. Fronteiras do Estado mínimo: indicações para o híbrido institucional brasileiro. In: VELLOSO, J.P.R. (Coord). *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

<sup>34</sup> Ver Lima, Potiguara Mateus Porto. *Valorização docente em uma nova forma de gestão da educação: um encontro possível?* Relatório exame de qualificação mestrado em educação, FE/UNICAMP, 2014. Sob a orientação de Aparecida Neri de Souza.

### *Considerações finais*

A pesquisa aponta que a precariedade no trabalho – professores estáveis e temporários – é fonte de insegurança, fragilidade e dependência e adquire diferentes contornos tanto no Brasil como na França, portanto é possível compreender que há um processo de precarização. Este processo coloca os professores diante de um eterno recomeço do ofício sobre o que são as “boas práticas e métodos de trabalho desejados”. O gerenciamento moderno do trabalho, no setor público e nas universidades, preconiza a mudança permanente para se adaptar as estruturas e a organização da universidade à lógica de mercado e das formas de gestão do trabalho no setor privado. Essas mudanças levam os professores a se movimentar num relativo constrangimento, desconforto e inquietude num quadro de individualização do trabalho e carreira docente, de concorrência e competição por financiamentos de pesquisa, por meio de objetivos e avaliações personalizadas. Os professores não mais se beneficiam de sua experiência e conhecimento sobre seu trabalho - pesquisa e ensino -, parece haver, como na lenda de Sísifo, a eterna aprendizagem para enfrentar as provas nas quais os docentes estão submetidos. Vivem a angústia de estarem em falta, da degradação da imagem deles como profissionais que querem ser reconhecidos pelo trabalho que realizam.

### Referência bibliográficas

- BECK, Ulrich. *La sociologie du risque. Sur la voie d'une autre modernité*. Paris: Flammarion, 2001.
- BEZÈS, Philippe ; DEMAZIÈRE, Didier. Introduction au dossier-débat: New Public Management et professions dans l'État: au-delà des oppositions, quelles recompositions? *Sociologie du Travail*, vol.53, n.3, p.294-305, juillet-sept.2011.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova, revista de cultura e política*, CEDEC, no. 45, 1998
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Exposição no Senado sobre a Reforma na Administração Pública*. Cadernos MARE da reforma do Estado, v.3. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.
- BRESSON, Maryse. *Sociologie de la précarité*. 2ed. Paris : Armand Colin, 2012.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHEVAILLIER, Thierry; MUSSELIN, Christine (dir.) *Réformes d'hier et réformes d'aujourd'hui – l'enseignement supérieur recomposé*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2014.

Diversos autores. Produtividade e avaliação docente: para onde vai a universidade? *Movimento em Debate*. Campinas, Adunicamp, ano 2, n.3, 2009.

DREYFUS, Françoise. La révision générale des politiques publiques, une conception néolibérale du rôle de l'État? *Revue française d'administration publique*, no. 136, p. 857-864, 2010.

DUJARIER, Marie Anne. *L'idéal au travail*. Rennes : PUR, 2006.

DURAND, Jean-Pierre. *La chaîne invisible. Travailler aujourd'hui: flux tendu et servitude volontaire*. Paris: Seuil, 2004,

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: edições 70, 1980.

FERLIE, Ewan et al. *The new public management in action*. Oxford : Oxford University Press, 1996

FORTINO, Sabine ; LINHART, Danièle. Comprendre le mal-être au travail: modernisation du travail et nouvelles formes de pénibilité. *Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho*, ano 16, no. 25, São Paulo, p. 35-67, 2011.

FORTINO, Sabine. Quand les logiques du privé investissent le secteur public: déstabilisation des collectifs et reflux de la participation. *Revue Participations*, ed. De Boeck, no. 1, p.53-76, 2013

GAULEJAC, Vicent. *La société malade de la gestion. Idéologie gestionnaire, pouvoir managérial et harcèlement social*. Paris : Seuil, 2014

GAULEJAC, Vincent de. *La société malade de la gestion. Idéologie gestionnaire, pouvoir managérial et harcèlement social*. Paris: Seuil, 2005.

GEAY, Bertrand. L'enseignement supérieur au péril du social-libéralisme. *Savoir/Agir*, n. 25, 2013.

GEAY, Bertrand. *La toge, la paillasse et le mégaphone. Retour sur les conditions et les modes de mobilisation des universitaires en 2009*. <http://www.savoir-agir.org/IMG/pdf/SA12-Geay.pdf>

HELOANI, Roberto. *Gestão e organização no capitalismo globalizado – história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo : Atlas, 2003

HIRATA, Helena; PRECETEILLE, Edmonde. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica – o debate nas ciências sociais na França. *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 47-80, jul./dez. 2002.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KING, Desmond; LE GALÈS, Patrick. Sociologie d'état en recomposition. *Revue française de sociologie*. Vo. 3, n. 523, p. 453-480, 2011

LINHART, Daniele. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.

- LINHART, Danièle. Les différents visages de la modernisations du service public. Paris: *La documentation française*, 2007.
- LINHART, Danièle (dir.). *Pourquoi travaillons-nous? Une approche sociologique de la subjectivité au travail*. Paris: édition Erés, 2008.
- LINHART, Danièle. *Modernisation et précarisation de vie au travail*. Papeles del CEIC, no.43, marzo, 2009.
- LINHART, Danièle. *La comédie humaine du travail*. Toulouse: Eres, 2015.
- MACHADO, Lígia Marcondes. Contratos precários: por que isso tem de acabar? *Revista Adusp*, jan.1996.
- MUSSELIN, Christine. *Les marchés des universitaires – France, Allemagne, Etats-Unis*. Paris: Presses de Sciences Po, 2005.
- MUSSELIN, Christine. *Les universitaires*. Paris: la Découverte, 2008.
- P.É.C.R.E.S. *Recherche précarisée, recherche atomisée, production et transmission des savoirs à l'heure de la précarisation*. Paris: Ed. Raisons d'Agir, 2011.
- PITA, Marina. Estresse laboral, assédio moral e burnout marcam o produtivismo. *Revista Adusp*, setembro, 2010.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. Fronteiras do Estado mínimo: indicações para o híbrido institucional brasileiro. In: Velloso, J.P.R. (coord.) *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- SEGNINI, Liliana R.P. Políticas públicas e mercado de trabalho no campo da cultura. In: Leite, M.L.; Araujo, A.M.C. (Orgs.). *O trabalho reconfigurado*. São Paulo: Anablume, 2009.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. São Paulo: Ed. Record, 2001.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JUNIOR, João dos Reis. *Trabalho intensificado nas federais: pós- graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo; Xamã, 2009.
- SOUZA, Aparecida Neri de; LEITE, Marcia de Paula. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica. *Revista Educação e Sociedade*, vol. 32, n. 177, dez, 2011, p. 1105-1121.
- SOUZA, Aparecida Neri. Relations de travail dans le secteur public au Brésil. Paris: *Colloque International Travailler au Brésil et en France, Sans des changements et changements de sens*, out/2013b.
- SOUZA, Aparecida Neri; TRÓPIA, Patrícia. *O movimento sindical docente contra a proletarização do trabalho no Brasil contemporâneo*. In: DAL ROSSO, Sadi; FERREIRA, Marcia Ondina Vieira (Orgs.) *Sindicalismo em educação e relações de trabalho. Uma visão internacional*. Brasília: Paralelo 15, 2015
- SOUZA, Aparecida Neri. Professores, modernização e precarização. In: ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- TANGUY, Lucie. *La sociologie du travail en France – enquête sur le travail des sociologues, 1950-1990*. Paris: La Découverte, 2011.

VENCO, Selma. Nova gestão pública e trabalho docente: retratos das precariedades objetiva e subjetiva. In *X Seminário Internacional da Rede Estrado*. Salvador, 2014

São Paulo, julho de 2016